



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2017

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2017

INICIADA ÀS 14 HORAS E 36 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 14 MINUTOS.

| SUMÁRIO: | FL. |
|-------------------------------|------------|
| - ABERTURA..... | 02 |
| - ANTES DA ORDEM DO DIA | 05 |
| - ORDEM DO DIA..... | 12 |
| - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO..... | 26 |
| - ENCERRAMENTO..... | 26 |

ACTA N.º 02/ 2017

ABERTURA

Aos cinco dias do mês de Maio de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. José Armando Serra dos Reis** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Prestação de Contas do Exercício do ano 2016;
- 2.3** - Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal (MIM): Edifício do Club União da Covilhã, sito na Covilhã, na Rua Marquês d'Ávila e Bolama, n.ºs 219 a 227, União das freguesias de Covilhã e Canhoso;
- 2.4** - Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal (MIM): Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo;
- 2.5** - Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Vale Formoso e Aldeia do Souto, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Teixoso, Dominguiso e Peraboa:
 - Reforço e contratação de 1 Colaboradora para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar – Ano Lectivo 2016/2017;
 - Pagamento a Colaboradora para Actividades de Animação e Apoio à Família – Ano Civil 2015;
 - Reforço e contratação de 1 Colaboradora para Actividades de Animação e Apoio à Família – Ano Lectivo 2016/2017;
 - Substituição de 1 Colaboradora para Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1º Ciclo do Ensino Básico e componente lectiva – Ano Lectivo 2015/2016;
 - Apoio às despesas do espaço pré-escolar – Ano Civil de 2017;
 - Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar e 1º Ciclo – Ano Lectivo - 2016/2017
- 2.6** - Regime Extraordinário de Regularização de Industrias, Explorações Pecuárias e Outras Actividades – Decreto-lei n.º 165/2014, de 05/11 – Pedido de deliberação de Interesse Público Municipal – Processo n.º 671/15/DIV – Alexandre Miguel Marques Rodrigues;
- 2.7** - Carta Educativa Municipal;
- 2.8** - CPCJ Covilhã – Relatório Anual de Actividades;
- 2.9** - Discussão e Autorização Prévia do Investimento relativo à construção do Centro de Inovação Cultural da Covilhã;
- 2.10** - Adesão à ENERAREA;
- 2.11** - Desporto Cultura e Movimento Associativo.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e Senhor António Paulo Pereira Ranito. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. José Armando Serra dos Reis, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, José Augusto Martins Santos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Dr. Eduardo Manuel Esteves Melfe, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. José Paulo Pina Simão, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Manuel José Esteves Horta, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguio), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores **Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Fernando José Gonçalves Casteleira, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 01/2017
DE 22 DE FEVEREIRO**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, o Senhor Doutor Pedro Manquinho referiu que no ponto **2.10** não foi mencionada a sua proposta de alteração, pelo que solicitou a rectificação. Colocada à votação, com a alteração proposta pelo Senhor Doutor Pedro Manquinho, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter a pergunta dirigida ao Ministério da Economia pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a preservação da Serra da Argemela e a exploração mineira, no Distrito de Castelo Branco;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a enviar, para conhecimento, Projecto de Lei n.º 442/XII-2:ª «Lei – Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais» e Projecto de Lei n.º 441/XIII-2.ª «Estabelece o Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições e funcionamento dos respectivos órgãos»;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso;
- Ofício n.º 1365 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Projecto de Resolução “Recomenda ao Governo que assegure o acesso dos reformados da indústria de lanifícios ao direito à comparticipação dos medicamentos”
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter a resposta do Governo sobre a preservação da Serra da Argemela e a Exploração Mineira;
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta dirigida ao Governo, formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, “Sobre a situação das amas da Segurança Social no distrito de Castelo Branco”;

- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a enviar, para conhecimento, o Projecto de Lei que incide sobre a matéria da desmaterialização dos manuais escolares;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso e anexa cópia da pergunta que dirigiu ao Governo sobre esta matéria;
- Ofício n.º 4387 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta dirigida ao Governo, formulada pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre "Redução do funcionamento da ambulância do INEM na Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Projecto de Resolução “Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2019”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo à pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos sobre "Encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso".

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor Prof. Reis Silva (PCP): “... não basta comemorar o 25 de Abril e o 1.º de Maio e salientar os valores que estas datas transportam, é preciso, também, cumprir Abril e o 1.º de Maio, desde logo, acabando com a precariedade no Concelho nas áreas delegadas à Câmara Municipal, nomeadamente na Educação...” **(doc. 01)**. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra (PSD): “... queremos utilizar este nosso espaço de intervenção, para dirigir uma fraterna Saudação à UBI pelo seu 31.º aniversário...” **(doc. 02)**. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo (MAC): “Apresentados que estão os principais Candidatos, às próximas Eleições Autárquicas, à Câmara Municipal da Covilhã, penso que é importante nós analisarmos a situação política do momento.

Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por ter conseguido aquilo que quis, durante estes quatro anos se não dos últimos doze anos, que foi ter um candidato à sua altura. E, de facto, quando durante 4 anos constantemente se instigou, se teve a necessidade de provocar, de criar quezílias com o anterior Presidente da Câmara, obviamente seria de esperar que ele aparecesse.

E, obviamente, penso que isto é significativo da Cidade que temos, em que claramente, neste momento, vivemos ancorados no passado. Vivemos, nas palavras do próprio PS, mais do mesmo.

Andamos a perspectivar mais discussões do mesmo, nos próximos tempos, até às Eleições Autárquicas. De facto, em termos políticos, não tenho dúvidas nenhuma que o Senhor Presidente da Câmara e o Ex-Presidente da Câmara se merecem. E se merecem na forma como se tratam, no respeito que revelam um pelo outro e no respeito que revelam pela Covilhã. A Covilhã é que não vos merece, nem vos pode continuar a merecer, nem tem que merecer continuar amarrada a esta forma de fazer política. E daí, surgem aqui dois nomes diferentes e duas Candidaturas diferentes, em que de facto eu tenho que dar os parabéns à CDU que pela primeira vez apresenta uma Senhora, pelo menos no tempo da Democracia Moderna, tenho que dar os parabéns por essa inovação e claramente tenho que dar os parabéns à Candidatura, onde eu também estou incluído, parece-me que finalmente alguém perspectiva o futuro nesta Cidade. E, claramente temos diferenças políticas claras e a partir de agora é de política que vamos falar e é política que temos que fazer, ao contrário do que tem vindo a ser feito até agora. E, espero que daqui amanhã continue, ou a partir de agora que se continue a fazer política e política pela positiva como efectivamente se tem demonstrado que se pode fazer. E esta é a minha declaração política.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (PS): “Venho fazer uma declaração política, que separarei em duas partes distintas; uma vou fazer referência à política Nacional e outra à política Local. Começo pela política Nacional para, humildemente e também em nome da Bancada do Partido Socialista, de alguma forma rectificar aquilo que foi a minha última intervenção, nesta Assembleia Municipal, relativa à política Nacional.

Eu vim a esta Assembleia regozijar-me, enfim dar os parabéns ao PSD, porque os Reis Magos apareceram e trouxeram os presentes, mas efectivamente enganei-me nos presentes e o défice que era de 2.1, afinal temos que corrigir foi de 2.0; os números do desemprego que, há muitos anos - desde 2009, não baixavam dos dois dígitos, neste momento estão nos 9.8. E, quero fazer este acto de contrição, nesta Assembleia, para destacar, mais uma vez, aquilo que tem sido os resultados, absolutamente extraordinários, da Governação do Partido Socialista aos destinos de Portugal, que têm permitido devolver rendimento aos Portugueses, devolver dignidade às pessoas, alavancar a economia, contribuir para a baixa do desemprego e para a subida do emprego. E, pasme-se, inclusivamente receber rasgados elogios dos Comissários Europeus, tirando o Holandês, vários Ministros têm elogiado aquilo que é o desempenho político, económico e financeiro deste Governo e isto são boas notícias para todos. São más notícias para a Oposição, compreendo que o PSD fique muito agastado, compreendo que o CDS fique muito angustiado, compreendo que procurem, nos SMS e nos *faits divers* da política, encontrar algum tema que lhes permita ter um discurso político Nacional. Mas, a verdade é que hoje todos os Portugueses e as Empresas sentem que vivem melhor, sentem que havia alternativa à política de empobrecimento alegre que, o PSD e o CDS estavam a levar a cabo no Governo. Existe outra forma de conduzir o País. E, com outra forma de conduzir o País e as Finanças do País, cumprir aquilo que são os nossos compromissos internacionais e simultaneamente desenvolver Portugal. Eu creio que isso é motivo de regozijo e não podia deixar de aproveitar esta oportunidade e este palco político para, em nome da Bancada do Partido Socialista, mais uma vez, saudar os Partidos que suportam o Governo, a famosa geringonça e dar-lhes os parabéns, desejando que continuem na senda deste caminho de estabilização social, de pacificação social, de crescimento económico, de diminuição do desemprego, de devolução de esperança, sobretudo aos Portugueses, num futuro diferente.

E, depois, aproveito esta deixa da esperança, da devolução de esperança aos Portugueses, para fazer a transição para o ambiente Municipal, porque também, de alguma forma, este Executivo devolveu alguma esperança e a actividade deste Executivo tem devolvido alguma esperança àquilo que é a expectativa e o futuro dos nossos Concidãos Covilhanenses.

Do ponto de vista local tentei fazer, na preparação desta intervenção, um conjunto de intervenções que gostaria de destacar da actividade destes três anos e meio de Mandato, mas são muitas e o facto de o tempo ser de cinco minutos não nos permite. Mas, não posso deixar de destacar, Senhor Presidente, mais uma vez aquilo que foi capa e tema do Jornal do Fundão, desta semana, a retoma da construção civil na Região e onde nós vemos números absolutamente animadores em toda a Região, mas sobretudo no Concelho da Covilhã, onde vemos que cresceram o número de pedidos de licenças de reconstrução e de construção. E, Senhor Presidente da Câmara quero-lhe dizer que ninguém tem dúvidas que estes números se devem, em muito, àquilo que é o trabalho que este Executivo tem feito no sentido de revitalizar não só o Centro Histórico, mas também as zonas urbanas e as zonas históricas das nossas Freguesias. Em boa hora a Covilhã foi dos primeiros Executivos, a nível Nacional, a antecipar com visão estratégica aquilo que por aí vinha, para sermos elegíveis e para podermos aproveitar os Fundos de Regeneração Urbana e constituir ARUS em todas as Freguesias. Pois bem, estão constituídas e já começam a dar fruto. Basta passarmos no Centro Histórico (aquilo que em 2013 era uma coisa completamente fantasma, abandonada, cada vez com menos gente, porventura não havia uma semana onde não encerrasse uma loja) hoje, quem anda pelo Centro Histórico percebe o impacto das medidas positivas que este Executivo tem tomado, a dinamização com diversas actividades, a cherovia, as visitas guiadas, o festival de arte urbana, enfim um conjunto de obras que têm sido levadas a cabo e promovidas por várias Instituições, umas promovidas pela Câmara Municipal, outras por Instituições privadas ou Associações com o apoio da Câmara Municipal. Hoje vemos lojas a abrir, espaços de restauração, de cafés... não é fácil encontrar uma casa degradada para adquirirmos, porque a especulação imobiliária começa a estar em alta e hoje edifícios degradados, no Centro Histórico da Cidade, estão inflacionados. E isto, Senhor Presidente, deve-se a uma aposta muito clara, deste Executivo e do Partido Socialista, em devolver dignidade ao Centro da Cidade. E é isso que temos feito, porque com o Governo do PSD, dos 20 de Autarquia, aquilo que foi feito, foi um desmantelamento progressivo daquilo que era o Centro da Cidade, a concentração numa nova zona urbana com o crescimento, como nós conhecemos, completamente desregulado, sem espaços verdes, sem qualidade de vida. Em boa hora, o Senhor Presidente da Câmara definiu, como uma das prioridades do seu Mandato, a recuperação do Centro Histórico, promovendo actividades e relocando serviços, mas também, por exemplo, naquilo que foi a sinalização das prioridades de investimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Turismo, finalmente temos um Posto de Turismo. É bom lembrar que em 2013, não só tivemos uma Câmara que incentivou a deslocalização e o encerramento da Região de Turismo da Serra da Estrela, como a Covilhã não tinha um Posto de Turismo. E, hoje temos, independentemente da sua localização, um Posto de Turismo aberto, um conjunto de produtos turísticos qualificados, a Rede das Aldeias de Xisto, a Rede das Aldeias Históricas, a integração na Rede das Aldeias de Montanha e estamos a trabalhar harmonizadamente com as Juntas de Freguesia, nas diversas Aldeias, para qualificar produtos e trazer gente às nossas Aldeias.

Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista continua confiante que até ao final deste Mandato vai ser possível cumprir aquilo que têm sido os diversos anúncios e promessas que o Senhor Presidente tem feito. Mas estamos, também, confiantes que isto é o início de um trabalho de longo prazo que, certamente, será valorizado e reconhecido pelos Covilhanenses em Outubro e que nos permitirá continuar. Agora que foi feita a estabilização operacional e financeira, da nossa Autarquia, vai ser possível construir um futuro mais risonho, mais sustentável e mais sustentado para todos nós.” -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Não vou fazer declarações políticas, mas vou fazer umas questões ao Senhor Presidente da Câmara que têm a ver com aquilo que aconteceu no último aniversário da Universidade da Beira Interior e sobre a questão das ambulâncias do INEM.

Precisamos de saber com que linhas é que nos cosemos, porque a displicência do Senhor Presidente da Câmara a dizer que não é preciso preocuparmo-nos com nada e que está tudo bem e que afinal de contas com a Universidade estava tudo bem e que a Universidade está numa colaboração perfeita e que está tudo ok. Afinal de contas, vemos que o Reitor da Universidade põe a nu que, pouco ou nada se tem feito, pouco ou nada se tem investido na Universidade, pouco ou nada se tem feito para aproveitar as largas centenas de estudantes, de pessoas de fora, que todos os anos vêm para a Covilhã e pouco ou nada se tem feito para que essas pessoas cá fiquem. E, isso tem a ver com as condições de vida que esta Câmara tem obrigação de criar, não só ao nível da colaboração, não só ao nível da palavra, não só ao nível do que é o suposto relacionamento que existe. Aliás, o Senhor Reitor fez questão de dizer que, ao longo da história da Universidade, a Câmara esteve de costas voltadas para com a Universidade, até chegando a pontos de haver quase uma guerrilha institucional entre as duas Entidades.

O Senhor Presidente da Câmara está a pensar, de uma vez por todas, cumprir aquilo que diz? Porque pior do que saber com o que não contamos (foi aquilo que o Magnífico Reitor disse, relativamente ao anterior Presidente de Câmara, porque sabia que não podia contar e sabia que não havia), é sermos dissimulados, sermos hipócritas e prometermos coisas que depois não se cumprem. E, é o que acontece na maior parte dos casos, em muitas situações. É que, muitas das vezes, se diz que está tudo muito bem, estamos todos muito bem, somos todos muito amigos, prometemos este mundo e o outro e depois, na prática, vai-se a ver e nem sequer... estou aqui a pegar no exemplo da *U-Bike*, que já aqui foi dito: não, não, está tudo feito em coordenação com a Universidade. Afinal de contas vai-se a ver, nem uma mera ciclovia está prevista para por as *U-Bike* a funcionar. É isto que nós temos, ou que nós não temos. Nós precisamos de ter uma relação próxima, directa, efectiva e de acarinhar uma Entidade que tem que ficar na Covilhã. Se não fosse essa Entidade, se calhar a Covilhã hoje já não era o que é. A pergunta que quero fazer, ao Senhor Presidente da Câmara, é saber até quando pretende manter esta hipocrisia instalada, a dizer que está tudo bem, quando na prática está tudo mal.

Relativamente ao INEM tendo em consideração as informações que recolhemos de o INEM, aparentemente, ter recuado na decisão de não prestar serviços, ou deixar de prestar serviços nocturnos com uma das ambulâncias, o certo e verdade é que temos informações que foi reduzido o pessoal afecto a essas ambulâncias. Se foi reduzido o pessoal, afecto a essas ambulâncias, acrescido com a diminuição do horário de trabalho, que foi instituído legalmente, estamos a falar que, de uma maneira ou de outra, vamos chegar ao ponto em que a ambulância não pode funcionar, durante as 24 horas por dia, por falta de pessoal. Quero perguntar, ao Senhor Presidente da Câmara, o que é que já fez, que diligencias é que já tomou, junto do Governo Central, junto do Instituto Nacional de Emergência Médica, para saber e para acautelar que, na Covilhã, continua a haver o funcionamento, 24 horas por dia, dos dois veículos de INEM que existem na Cidade. Aquilo que eu quero saber é o que é que foi feito?" -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel apresentou uma Moção de Congratulação pela passagem do 31.º Aniversário da Universidade da Beira Interior (*doc.03*). -----

--- Colocada à votação a **Moção de Congratulação pela passagem do 31.º Aniversário da Universidade da Beira Interior** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Doutor Pedro Manquinho procedeu à leitura do artigo n.º 85.º, da Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro - Taxas e Direitos de Passagem e de Ocupação do subsolo e perguntou porque é que os Municípios da Covilhã continuam a pagar a taxas da TOS, nomeadamente na factura do gás.

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro apresentou uma Moção pela substituição do material circulante do Intercidades na Linha da Beira Baixa (*doc.04*). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra referiu que dificilmente haverá quem não concorde com os três pontos que a Moção tem inscritos, mas para que ela tenha maior peso e seja aprovada por unanimidade propôs que fossem retirados os considerandos. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: "Estamos disponíveis para expurgar esta referência objectiva partidária, para que possa ser votada, sem nenhum constrangimento, por parte da Bancada do PSD." -----

--- Colocada à votação a "**Moção pela substituição do material circulante do Intercidades na Linha da Beira Baixa**", já revista, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) apresentou uma Moção sobre a intenção da extinção de Amas no Concelho da Covilhã (*doc.05*). -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra referiu que o PSD vai votar favoravelmente esta Moção, tendo em conta os hiatos de tempo, nomeadamente aos fins-de-semana, em que não há oferta, nem dos Infantários, nem dos prolongamentos. -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro disse que a Bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Moção, porque é uma preocupação correcta e justa que vai auxiliar a População. -----

--- Colocada à votação a **“Moção sobre a intenção da extinção de Amas no Concelho da Covilhã”** foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira referiu que vai falar sobre dois assuntos – TOS e INEM – quanto à questão do Instituto Nacional de Emergência Médica e a problemática da retirada da ambulância disse: “Nunca, em nenhum momento, o Senhor Presidente da Câmara disse que não estava ao lado das Populações na reivindicação, apenas manifestou aquilo que foi as diligências feitas, nomeadamente junto dos Bombeiros, junto do INEM e junto do Centro Hospitalar da Cova da Beira, e isso também foi referido à Comunicação Social, em que o serviço prestado aos nossos Cidadãos está garantido. Isto é, os Bombeiros possuem, neste momento, duas ambulâncias INEM, mais cinco equiparadas, em que os tripulantes têm, efectivamente, a mesma formação e o Centro Hospitalar da Cova da Beira continuará a manter a viatura de emergência médica e reanimação. E, portanto, vir aqui dizer que houve displicência, que não houve atenção a estes assuntos é, claramente, mais uma vez falácia política e querer deitar nevoeiro para os olhos dos Covilhanenses.” Quanto à TOS – “A TOS foi, como todos sabem, aprovada nos Mandatos anteriores ao, actual, do Partido Socialista. Houve uma batalha jurídica entre a BEIRAGÁS e o Município da Covilhã.

O PCP podia ter vindo aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara (tendo a BEIRAGÁS pago ao Município da Covilhã, sensivelmente em 2011 ou 2012, o montante de 3 milhões e 600 mil euros referente a TOS) até quando é que os Covilhanenses irão pagar essa factura, que foi recebida nesse mesmo Mandato. Isso sim é que teria sido uma questão muito bem colocada.

Porque, relativamente à norma que vem no Orçamento de Estado, ela carece de regulamentação. Inclusivamente existem, neste momento, diligências que foram tomadas pela DGAL no sentido de inquirir os Municípios, relativamente a uma série de dados, para poder regulamentar a norma que se encontra em Orçamento de Estado.

O importante realçar, a nível da Taxa de Ocupação do Subsolo, é aquilo que foi a irresponsabilidade de quem, na altura, votou favoravelmente à implementação dessa taxa de ocupação do subsolo, quem nunca quis, nesta Assembleia, revogar. E, neste momento vir aqui, de certa forma, criar este tipo de situações, mais uma vez, é jogo político pré-eleitoral.” -----

--- O Senhor Doutor Pedro Manquinho: “eu até estava para fazer a pergunta à resposta que me foi dada pelo Senhor Deputado do PS, porque na última vez que... até fui eu que falei sobre a questão da TOS, foi exactamente a mesma resposta que me foi dada. Portanto, a gente está a pagar aquilo que a BEIRAGÁS ganhou em Tribunal. O problema é que eu nunca vi esse número e não sei... está-se a pagar? É a primeira vez que eu ouço isso. Quanto é que já está pago? Até quando é que se vai pagar, seja qual for esse valor?

O que é que precisa de regulamentação, nomeadamente quando se diz que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e a Taxa de Ocupação do Subsolo são pagas pelas Empresas e não pelos Municípios? Eu acho que isto não precisa de nenhuma regulamentação.

Já agora, gostava que me esclarecessem, até quando é que eu, como Munícipe da Covilhã, vou estar a pagar 26% da minha factura do gás em taxas.” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “o facto do Senhor Deputado não saber o período, ou até quando é que ele tem que liquidar, advém claramente de um desconhecimento do Despacho de Conselho de Ministros, que redefiniu ou definiu que as Entidades fornecedoras, deste tipo de serviços, tinham oportunidade de repercutir nos clientes, durante os cinco anos subsequentes ao pagamento das mesmas, o montante. Isto quer dizer que, uma vez que isto foi pago em 2012, até 2017 estamos a pagar. Todos os Covilhanenses.

Relativamente à sentença, aquilo que eu posso fazer é juntar-me a ele num requerimento, solicitando que a Câmara disponibilize, ao Senhor Deputado ou a todas as Bancadas, a sentença do Tribunal em que vem discriminado qual é que é o montante em que a BEIRAGÁS foi condenada a pagar à Câmara Municipal.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão apresentou uma Moção de Protesto Contra a Redução do Funcionamento da Ambulância do INEM na Covilhã (**doc.06**). -----

--- Colocada à votação a “**Moção de Protesto Contra a Redução do Funcionamento da Ambulância do INEM na Covilhã**” foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que da leitura que fez registou mais de 20 Protocolos com Instituições e Colectividades sem, o cumprimento daquilo que sempre foi exigido pelo PCP, um Regulamento que defina esses apoios, defina os fins, os objectivos e os critérios.

Salientou que há um protocolo com uma Instituição, ao contrário da maioria dos casos, que pensa que é correcto. Referiu que no mínimo, os compromissos deveriam ser definidos até Outubro de 2017, mas que há pelo menos um protocolo, com uma Instituição, onde se assumem compromissos de 80 mil euros para lá de Outubro de 2017, o que lhe parece que é incorrecto, merecedor de crítica e de alguma discordância.

Referiu, também, que a Câmara continua a não assegurar o cumprimento da Lei nos protocolos, com as Juntas de Freguesia, nomeadamente na celebração de contratos resolutivos com os Trabalhadores que são contratados.

Alertou para a necessidade da requalificação, conservação e limpeza dos sanitários públicos da Cidade e para a limpeza das bermas da estrada 343, entre o Paul e o alto do Telhado.

“Quanto à TOS temos aqui uma contradição e um problema que a Câmara tem que resolver, a Lei do Orçamento do Estado é Lei para se cumprir e, a Lei é clara quando diz que as Empresas não podem fazer incidir a taxa no consumidor. Portanto, temos aqui um problema, como é que a Câmara Municipal, não cobrando a taxa ao consumidor, vai pagar a dívida à Empresa?

Penso que é um problema, não sei se jurídico se não, mas é um problema que a Lei vem criar, porque anteriormente estava previsto essa possibilidade, o consumidor pagava porque a Lei o permitia, mas a Lei neste momento não o permite.

E a Lei do Orçamento de Estado, é a Lei do Orçamento de Estado.

Agora se a Câmara não pode fazer repercutir a cobrança ao consumidor, como diz a Lei, como é que a Câmara vai pagar a dívida à Empresa? Portanto, penso que é um problema que a Câmara terá que encontrar solução.” -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra referiu que da análise feita, à informação do Senhor Presidente da Câmara, destacou o Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios e a EDP Distribuição, sobre a substituição da iluminação. E, perguntou quem é que vai ficar responsável pela manutenção. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo lembrou que, mais uma vez, continua a não constar qualquer referência às acções judiciais, como decorre da Lei, em que o Município é parte. Solicitou que fosse reiterada a Recomendação à Câmara, para que constem, da Informação Escrita, todas as acções judiciais em que o Município é parte.

De seguida, sobre a questão da assinatura dos projectos por engenheiros, disse: “Sei que já houve reuniões, sei que ao contrário do que havia, ou certamente lhe terá sido informado, que terá sido pedido uns pareceres à CCDR pela Câmara Municipal da Covilhã, que não foram. E, portanto, alguém mentiu às pessoas dizendo-lhe que tinha sido feito e consta das actas da Reunião de Câmara que, de facto, tinham sido pedidos pareceres à CCDR e não foram. A pergunta que lhe coloco é - se em face dos desenvolvimentos que já houve, das informações que já vieram a lume, posteriormente, nomeadamente algumas recomendações da CCDR, também, que devem ser aceites estes projectos - se a sua posição já foi alterada, ou se a posição do Município já foi alterada, ou não.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Senhor Presidente da Câmara, no âmbito daquilo que tem sido a actividade do Município gostaria que nos falasse, um pouco, daquilo que vai ser (e que já falou aqui nesta Assembleia) a execução do Pacto de Desenvolvimento Territorial da CIM, nomeadamente o ponto que diz respeito à Educação.

Eu gostaria de saber, e a Bancada do Partido Socialista gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se efectivamente os *timings* das intervenções se mantêm? É expectável que os Jardins de Infância e as Escolas de Ensino Básico, se não na totalidade pelo menos parte delas, sejam intervencionadas já nesta próxima interrupção lectiva do Verão?

No que diz respeito à Escola Secundária, a intervenção da requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, para além do ponto de situação e tem sido referenciado por outros Deputados Municipais, é do nosso conhecimento a situação, enfim crítica, em que se encontra o único Pavilhão Municipal Desportivo do nosso Concelho, que é o Pavilhão Municipal que está localizado na Escola 2.º e 3.º Ciclos do Paul, que faz parte do Agrupamento Frei Heitor Pinto. Eu sei que houve uma tentativa de incluir a requalificação, ou a reparação, deste Pavilhão Municipal da Escola do Paul, através do pacto da CIM, nomeadamente a intervenção que está prevista no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e eu gostaria, Senhor Presidente da Câmara, que nos desse informação, se há algum desenvolvimento, se efectivamente isto vai ser uma oportunidade para conseguirmos requalificar aquilo que é o único Pavilhão Desportivo Municipal no nosso Concelho.

Infelizmente, e eu vou ter que o repetir à exaustão, passados todos estes Quadros Comunitários de Apoio, 100 milhões de euros de endividamento e todos os rios de dinheiro que foram gastos no Concelho da Covilhã, o Concelho da Covilhã continua sem ter um Pavilhão Desportivo Municipal digno. E, portanto, Senhor Presidente era saber se o único que existe no nosso Concelho, que está situado na Escola 2/3 do Paul, se tem ou não condições para ser requalificado.” -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) recordou que o Senhor Presidente da Câmara, no almoço de Reis, verbalizou que nos próximos 30 dias iria a todas as Freguesias reunir com a Junta/ União de Freguesias, para tratar de assuntos de interesse para as Freguesias do Concelho, mas até hoje a reunião, com a Junta de Freguesia da Boidobra, não aconteceu.

Referiu que, no entanto, esperam que as intervenções necessárias na sua Freguesia, constantes na proposta de ordem de trabalhos, que fizeram chegar ao Senhor Presidente da Câmara, sejam realizadas ainda neste Mandato **(doc.07)**. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas: Não é por estarmos em ano eleitoral que eu modifico o discurso que sempre tive em relação à Universidade da Beira Interior. Aquilo que disse em 2013, e já dizia antes quando era Vereador da Oposição continuei a dizê-lo em 2014, em 2015, em 2016 e continuo a dizê-lo em 2017, que me orgulha imenso ser Presidente da Câmara Municipal da Cidade onde está sediada uma das mais importantes Universidades do nosso País, da Europa e do Mundo inteiro.

Procurei, desde o início deste Mandato, inverter aquilo que existia até 2013, que era o facto que as duas Instituições estavam absolutamente de costas voltadas. Ou seja, as duas mais importantes Instituições da Cidade não cooperavam, não criavam sinergias, eu diria até que tentavam obstaculizar-se, ou sobretudo uma delas tentava obstaculizar o trabalho da outra. Aliás, é consabido que houve uma tentativa de boicote à implementação desse grande projecto que é a UBIMedical, um projecto da maior importância, que nós valorizamos imenso e que desempenha e desempenhará, sobretudo no futuro, um papel muito importante. Procurei, desde o início, ter uma relação estreita, quer institucional, quer pessoal independentemente das nossas crenças, dos nossos Partidos, enfim do que quer que seja. E, é isso que fiz, faço e continuarei a fazer no futuro, se assim me for reconhecida a confiança por parte dos nossos Concidãos em 1 de Outubro.

Verdade seja dita, que convém lembrar, em momentos difíceis da nossa Universidade foi o vosso Presidente de Câmara que está aqui à vossa frente que, passo a imodéstia, não tem medo de nada nem de ninguém e é corajoso e esteja no Governo o Partido A, B ou C não calará nunca a sua voz em nome da defesa das Instituições da Cidade. Eu não ouvi mais nenhum Presidente de Câmara, quando a Universidade foi injustamente discriminada no processo do *Cloud Computing*, fui o único político, não estou a falar apenas de Presidentes de Câmara, nem Deputados, nem Governantes que levantassem a voz em defesa da Universidade, a dizer que estão a ser alvo de discriminação, não podemos ser diferenciados nem de Évora, nem da UTAD, nem de Aveiro, nem de quem quer que seja. Mais, ainda mediei um conflito que existia entre a Reitoria, a CCDR e o Ministro Poiars Maduro, se for preciso perguntamos ao Senhor Ministro quem é que interveio em mediação para tentar resolver esse problema, que em boa hora se conseguiu resolver a contento da nossa Universidade. E, portanto, posso pedir meças a outros relativamente à postura de defesa intransigente da nossa Universidade, nesse domínio. Como também fui dos poucos, Presidentes de Câmara fui o único, a falar sobre a discriminação, no que diz respeito ao financiamento da Universidade, disse-o então e reitero hoje, também este Governo não está a cumprir como devia relativamente ao financiamento da nossa Universidade. Disse-o no anterior Governo, digo-o relativamente a este. E, como vêem em política o comportamento consequente, sequencial, imparcial, enfim acho que deve ser reconhecido, não motivo de agradecimento, mas pelo menos motivo de saudação por alguém ser congruente, por alguém ser consentâneo com a defesa dos interesses da sua Terra. E, dizer que eu não vou fazer casos, não vou problematizar, não vou polemizar coisas que não devem ser polemizadas, só porque estamos em ano de Eleições.

A minha postura é exactamente a mesma e o meu apreço quer pela Reitoria, pelo Senhor Reitor, pela sua Equipa e por toda a Universidade é exactamente o mesmo que era antes de domingo e depois de domingo. E, o nosso caminho será feito sempre em estreita cooperação, colaboração, indo ao encontro, como já vínhamos vindo, na sequência do que acabo de dizer relativamente a justas reivindicações do Senhor Reitor, designadamente tentarmos amenizar a agrura do piso entre Santo António e a zona mais alta da Cidade, onde o Polo Ernesto Cruz se encontra, vamos procurar arranjar um material que não danifique o material circulante, neste caso as bicicletas eléctricas não só as da Universidade, mas também as da Câmara Municipal. Procuraremos que os pontos de abastecimento, que vamos colocar para as nossas bicicletas, também sirvam as da Universidade. Vamos procurar, logo que a Universidade consiga adquirir o edifício da antiga Fábrica Alçada para os efeitos que pretende, cooperar nesse sentido. Vamos também, isto a título de exemplo, como já hoje tive oportunidade de referir, na Reunião da Câmara Municipal em privado, que tínhamos previsto aquelas escadas de alternativa ao elevador da Goldra, que deviam ter sido previamente construídas, porque o elevador devia ser o suplemento, ou o complemento, e não o principal, porque as escadas são o elemento natural de acessibilidade à Universidade. E, dizer-lhes que estamos ainda a sopesar qual dos dois projectos é que serve melhor a acessibilidade à Universidade. Não alimento polémicas, não problematizo, encaro com naturalidade a discussão das coisas, enfim faço as minhas leituras, tiro as minhas ilações, sendo que elas não são diferentes daquilo que acabei de vos referir a este propósito.

- As bermas estão a ser limpas por todo o Concelho e estão também a pavimentar;
- Os sanitários vão ser requalificados;

- Posto de Turismo – a obra foi realizada porque não podíamos perder a oportunidade que os Fundos Comunitários nos concediam. Construimo-lo praticamente de raiz, porque aquilo que ficou foi tudo destruído para reedificar.

Nós enviamos informação pertinente para os hotéis. A Covilhã tem 36% de ocupação hoteleira, de toda a Beira Interior. Somando os Concelhos de Castelo Branco e da Guarda temos mais Turistas do que todos estes Concelhos juntos, isto diz bem da importância do Turismo no nosso Concelho, não sou eu que o digo é o Instituto Nacional de Estatística. Portanto, 36,1 ou 36,2% do Turismo de toda a Beira Interior está centralizado na Covilhã. Procuramos, pela ocupação que os Turistas fazem nos nossos hotéis, informá-los com arte urbana, com os Museus, com as Igrejas, com as chaminés, com a Judiaria, etc. Aliás, com mapas a identificar exactamente estes locais de visita, porque antes de 2013 nem mapas havia.

- A Empresa ficará a gerir os LED, telemetria, telegestão e será a Empresa a custear a manutenção e operação da rede;

- Relativamente aos pareceres que aqui foram evocados, assinatura de projectos no Urbanismo, ou por Engenheiros ou por Arquitectos, já está mais clarificada a questão. Tive, esta semana, uma reunião com os Senhores Engenheiros que representam a classe, no Concelho, relativamente a esta matéria e aquilo que lhes informei foi que, na sequência dos pareceres que foram emitidos por todas as CCDR'S, incluindo a nossa, nós estávamos na prática, nós políticos, quer o Senhor Vereador do Urbanismo, quer o Presidente da Câmara, a seguir e apenas a seguir a opinião técnica, quer do Jurista do Urbanismo, quer da Senhora Directora do Urbanismo.

Devo dizer-vos que acho que a directiva, tal qual se encontra, é susceptível de interpretações dúbias. Aliás, não é por acaso que o PSD e o CDS, na Assembleia da República, vão legislar sobre esta matéria. Se a coisa fosse tão clara não havia necessidade nenhuma de legislar e a verdade é que eles vão apresentar uma iniciativa legislativa para clarificar esta situação.

Eu propus aos Senhores Engenheiros, com quem reuni, formulem lá as questões que entendem que são pertinentes para esclarecimento desta questão, que eu subscrevo e endereço à CCDR esse mesmo pedido de esclarecimento.

Dantes quando se falou em pareceres, falava-se sempre nos pareceres que existiam e que tinham já sido solicitados por outras Entidades, que não a Câmara Municipal da Covilhã. Nunca ninguém disse que a Câmara Municipal da Covilhã tinha solicitado qualquer parecer, é porventura algum lapso de entendimento, mas efectivamente existiam pareceres e se existiam pareceres não se ia pedir um parecer. Agora, com questões mais concretas e pertinentes como os Senhores Engenheiros tiveram oportunidade de fazer, ontem mesmo, se não estou em erro, seguiu para a CCDR as questões que os Senhores Engenheiros nos colocaram e eu assinei por baixo, porque entendo que as questões que eles colocaram são efectivamente pertinentes.

- Educação – é nossa pretensão durante o Verão intervir nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, do nosso Concelho, no âmbito daquilo que é o financiamento que vem do Pacto da CIM, bem como do mapeamento no que concerne à Frei Heitor Pinto. E, dar também uma novidade, vamos celebrar um protocolo com o Governo para requalificação do Pavilhão da EB 2/3 do Paul, estamos a falar de uma intervenção de 180 mil euros que vai ser objecto de contratualização, esperamos que as obras avancem ainda este ano e é essa a nossa vontade e a nossa pretensão. -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Se agora a situação evoluiu positivamente significa que podemos contar, na Frei Heitor Pinto, com espaço coberto para dar resposta às necessidades da Escola, porque quando se retirava aquele montante de 191 mil, para a requalificação do Pavilhão Desportivo Municipal situado no Paul, no fundo estava-se a retirar ali uma parte do bolo da Frei Heitor Pinto para se resolver um problema de uma instalação Municipal, essencialmente Municipal. Havendo essa evolução, significa que damos resposta à necessidade de requalificar o Pavilhão Municipal sediado no Paul e criamos a possibilidade de criar o tal espaço Polivalente coberto, na Frei Heitor Pinto, para dar resposta à necessidade dessa Escola.

Falou em protocolo, eu gostaria de ver e de conhecer os termos do protocolo, porque em Coimbra tive oportunidade, numa conversa com a Senhora Delegada Regional, de saber (sem eu lhe perguntar, não sei se a Senhora Delegada Regional sabia o alcance da afirmação que fez) que o Ministério da Educação iria aceitar, por parte da Câmara, a doação do Pavilhão Municipal.

Eu fiquei um pouco em silêncio, de boca aberta, porque não tinha qualquer informação, mas estamos no local onde o Senhor Presidente da Câmara nos pode informar sobre esta matéria.

Aliás, até porque já levantei a questão na Assembleia de Freguesia do Paul, como lá disse estou entre dois amores, sendo docente na Escola, trabalhador naquela Escola, acho que o Ministério da Educação gere melhor aquilo e tem a possibilidade de fazer a conservação e a manutenção e são verbas do Estado que se aplicam, mas na perspectiva de Eleito Autárquico não vejo isso com bons olhos, porque o Pavilhão foi construído na base de que era um Pavilhão Municipal, utilizado pela Escola, em que a Escola iria pagar à Câmara Municipal as horas de utilização e foi assim que funcionou desde o início, até ao momento que o Presidente da Câmara Senhor Carlos Pinto se lembrou de enviar uma cartinha à Escola a informar que iria cortar a luz, cortar a água, cortar o gás e que se a Escola quisesse que efectuasse os contratos de fornecimento desses serviços, porque a Câmara não queria saber daquele Pavilhão e a Escola assumiu, necessitando dele para a sua actividade desportiva, essa responsabilidade.

Na altura, o Presidente do Conselho Directivo ainda tentou elaborar um protocolo de cedência, mas nem resposta obteve, foi pura e simplesmente o abandono, por parte da Câmara, de um Pavilhão construído no âmbito dos mil pavilhões que foram feito por esse País.

E, a questão concreta que eu queria colocar, ao Senhor Presidente da Câmara, era isto: esse protocolo prevê, ou não prevê, a passagem da propriedade do Pavilhão da Câmara para o Ministério da Educação?” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo referiu que está mencionado na acta da Câmara Municipal de 8 de Abril de 2016 que “o Senhor Vereador Nuno Reis questionou sobre a situação dos “não-arquitectos” e dos Engenheiros que podem assinar projectos de arquitectura e qual o parecer dado pela CCDRC sobre o assunto” e que “o Senhor Vereador Joaquim Matias disse, sobre essa directiva comunitária, que aguarda resposta da CCDRC e acrescentou que a maioria dos Municípios não a aceita por se por em causa a legalidade dos projectos” e “O Senhor Presidente acrescentou que se deverá aguardar pelo parecer solicitado à CCDRC e, após isso, decidir a vinculação ou não da referida directiva comunitária”. Assim, entende que estas declarações se referem a um pedido de parecer por parte da Câmara da Covilhã e não aos já existentes pedidos por outras Entidades. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel alertou para as questões que colocou. -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “eu queria, já que estamos aqui a falar no Pavilhão do Paul, perguntar-lhe porque temos uma situação muito grave, já de há muitos anos, que é a sala para poder leccionar educação física na EB 2/3 do Tortosendo. Houve um colóquio há pouco tempo, eu como Presidente da Associação de Pais e aproveitando agora estar aqui, tivemos a discutir o assunto e ficou ali aprovado e mais do que discutido, onde participou também o Senhor Vereador Jorge Torrão, que havia necessidade de termos um chamado bloco C, que resolvia o problema da prática desportiva na escola, apesar de ter de se continuar a utilizar o Pavilhão do Unidos para o desporto escolar. No entanto, era muito importante que a Câmara Municipal também se juntasse a nós e fôssemos todos junto do Ministério para resolver o problema da Escola.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara:

- Educação física na EB 2/3 do Tortosendo – comungamos das suas preocupações. Aliás, não foi por acaso que lá estava o Senhor Vereador do Pelouro, esse é um assunto que já tem barbas, tem décadas, tem mais de vinte e tal anos, mas tenho esperança que seja eu a resolve-lo e hei-de o resolver se Deus quiser e com a Vossa ajuda e com a do Governo, seja ele qual for. Comungamos das suas preocupações, dos Pais, Alunos e Professores daquela Escola. É profundamente injusto que tenham que utilizar outras instalações, podendo ter umas dentro seu perímetro sem que as crianças tenham de sair dali, com riscos de segurança e de outra natureza;

- Estrada 506 – não sé vai ser melhorada como vão ser corrigidas duas curvas; a 507 vai receber um pavimento para que se circule com segurança;

- O projecto da Frei Heitor Pinto foi fechado de acordo com a Direcção da Escola, com a Direcção Regional e posteriormente pelos Pais, Professores, Conselho Geral da Escola e o Conselho Municipal de Educação, já não está na fase de ser feitas alterações;

- Pavilhão do Paul - mais importante do que saber quem o fica a gerir é que ele seja requalificado, essa é a primordial preocupação. Desconhece qualquer doação ou intenção de doação ao Ministério da Educação;

- Pareceres – no que diz respeito à acta, não está explícito que se tenha dito que se pediu. Sabemos que várias Entidades tinham pedido pareceres e estamos a aguardar o resultado. O importante não é quem pede o parecer. O importante é o conteúdo e o resultado do parecer.

Sendo que agora, para satisfação de todos, os mais interessados colocaram as questões que entendem que são as mais pertinentes, foram endereçadas à CCDRC e a superioridade técnica da Senhora Dra. Maria José Castanheira Neves há-de dizer-nos em que pé é que ficamos. E, os nossos serviços hão-de cumprir a directiva, o parecer que for emanado da CCDRC, isso é que é o importante e, espero que seja no sentido da universalidade, porque distinguir entre arquitectos e engenheiros é discriminatório, a meu ver é uma inconstitucionalidade discriminar, mas não cabe à Câmara Municipal decretar inconstitucionalidades, só os Tribunais o podem fazer.

Espero que, na Assembleia da Republica, haja consenso entre todos os Partidos, relativamente a esta problemática que, como se vê, não é clara. Porque se fosse clara, não havia uma iniciativa legislativa. A iniciativa legislativa existe, porque não há unanimidade na interpretação da directiva comunitária. Mas nós o que queremos é resolver os problemas e este problema há-de, também, ser resolvido a contento de todos. -----

2.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2016

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 2209 de 2017.04.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

Eng.º João Nuno Serra "... o PSD vota CONTRA os documentos de Prestação de Contas, por considerar que os mesmos não são apresentados de forma transparente e que poderão incluir erros materialmente relevantes para o total Balanço" (**doc.08**); Dr. João Bernardo "... Aumentar a dívida do ano passado de 1,3 milhões para quase 2,1 milhões de euros de dívidas a fornecedores é, perfeitamente, inusitado e absurdo. É fundamental percebermos que efectivamente não é possível pactuar com uma gestão desastrosa destas e como tal votaremos contra estas contas" (**doc.09**); Dr. Pina Simão "... a taxa de execução da despesa é de 80%, isto é, do valor orçamentado de €34.654.029,00, a Câmara executou €27.653.776,00, de longe, a maior taxa de execução da despesa desde há largos anos..." (**doc.10**); Dr. Marco Gabriel fez uma apresentação em PowerPoint (**doc.11**); Eng.º José Miguel Oliveira fez uma análise das intervenções que o antecederam; Prof. Reis Silva referiu que ao ler o Relatório teve a impressão que se tratava da passagem do testemunho a outra gestão. Considera o documento pesado. E disse que: enquanto os Responsáveis não reconhecerem as dificuldades, dificilmente encontrarão as soluções para os problemas; ficou indignado com os espaços em branco, nas Grandes Opções do Plano; fala-se numa taxa de execução de 80%, vamos verificar corresponde a compromissos anteriores; Está demonstrado que esta Câmara, naquilo que se comprometeu perante a População teve a execução acabei de demonstrar – 0% e o Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos fazendo, em simultâneo, uma apresentação em PDF que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prestação de Contas do Exercício do ano de 2016** foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS e IND), 9 votos contra (MAC, PSD e PCP) e 1 abstenção (Senhor Rui Amaro – Peso e Vales do Rio)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º João Nuno Serra pediu para que a intervenção que fez fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PSD. -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Reproduzindo aquilo que foi a minha intervenção, não posso deixar de dizer que as contas reflectem o que são as opções deste Executivo e o que é a forma de gestão do Executivo deste Município. E, como tal verifica-se que esta gestão representa um verdadeiro aumento do défice, mas um claro aumento de défice, no que respeita à credibilidade e confiança dos Covilhanenses neste Executivo, e como tal nós MAC, votaremos contra as contas apresentadas.”

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Em nome da Bancada do Partido Socialista, reforçando aquilo que foi a intervenção do Deputado Pina Simão, que serve também como declaração de voto, quero reforçar esse voto favorável com aquilo que foram as explicações trazidas, a esta Assembleia, pelo Senhor Presidente da Câmara. Onde se percebeu, claramente, que a tendência de decréscimo e de pagamento de dívida e de estabilização financeira, do Município, tem sido feita. Estamos no bom caminho.

E, o Partido Socialista saúda os resultados obtidos encorajando a que prossigam.” -----

- Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra): “Nós não esquecemos as dívidas e os processos que caíram em cima. Aliás, durante os Mandatos anteriores e neste Mandato, acusámos de formas diferentes, muitas vezes, o Mandato do PSD Carlos Pinto e a dívida insustentável que deixou ao Município. Estava, efectivamente reflectida nas contas e nos quadros que apresentámos, quando se reflectiam os resultados líquidos negativos. Relativamente à questão da economia e da gestão, é bom que não se metam os economistas todos no mesmo saco, há visões diferentes e formas diferentes também de caminhar e de fazer futuro e de fazer política económica e social. Relativamente à questão do resultado líquido melhor de sempre, pelo menos se o meu Excel não me trai, apesar de em 2007 haver um resultado líquido negativo de 8 milhões de euros; em 2009 o resultado líquido negativo de 11 milhões de euros; em 2008 houve um resultado positivo de 142 mil euros. E, relativamente a esta matéria, não sendo uma empresa é verdade, o Município deve gerar dividendos para o futuro, para investimento quando ele for necessário. O que acontece, e reafirmando aquilo que dissemos foi que, este Município ano após ano continua a perder capacidade de investimento e a empobrecer e o que é necessário é uma alteração profunda da estrutura de custos e também da estrutura de receitas, com capacidade para a angariação de receitas, de outras formas que nos permita fazer aquilo que não conseguimos fazer até agora.” -----

- Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “A minha abstenção é justificada pelo facto de não ter sido concretizado o que estava no Plano. Ou seja, as obras na Freguesia de Peso e Vales do Rio.” ---

**2.3 – CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL (MIM):
EDIFÍCIO DO CLUB UNIÃO DA COVILHÃ, SITO NA COVILHÃ, NA RUA MARQUÊS
D'ÁVILA E BOLAMA, N.º S 219 A 227, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COVILHÃ E
CANHOSO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2212 de 2017.04.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal (MIM): Edifício do Club União da Covilhã, sito na Covilhã, na Rua Marquês d'Ávila e Bolama, nºs 219 a 227, União das freguesias de Covilhã e Canhoso*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

**2.4 – CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL (MIM):
ESTENDEDOURO DE LÃS DAS ESCADINHAS DO CASTELO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2210 de 2017.04.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Classificação de Bens Imóveis – Imóvel de Interesse Municipal (MIM): Estendedoro de Lãs das Escadinhas do Castelo*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

2.5 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE VALE FORMOSO E ALDEIA DO SOUTO, CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO, TEIXOSO, DOMINGUIO E PERABOA:

- Reforço e contratação de 1 Colaboradora para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar – Ano Lectivo 2016/2017;
- Pagamento a Colaboradora para Actividades de Animação e Apoio à Família – Ano Civil 2015;
- Reforço e contratação de 1 Colaboradora para Actividades de Animação e Apoio à Família – Ano Lectivo 2016/2017;
- Substituição de 1 Colaboradora para Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1º Ciclo do Ensino Básico e componente lectiva – Ano Lectivo 2015/2016;
- Apoio às despesas do espaço pré-escolar – Ano Civil de 2017;
- Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-escolar e 1º Ciclo – Ano Lectivo - 2016/2017

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 13 e 21 de Abril de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º s 2203,2204, 2206, 2207 e 2208 de 2017.04.19 e 2292 de 2017.04.26 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Teixoso, Dominguiso e Peraboa*** nas matérias relacionadas a: ***Reforço das Colaboradoras; Colaboradora para Acompanhamento de Refeições; Actividades de Animação e de Apoio à família no Pré-Escolar e 1.º Ciclo***- foi a mesma ***aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 2 votos contra (PCP)***; e nas matérias relacionadas a: ***Apoio às despesas do espaço pré-escolar*** – foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**2.6 – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE INDUSTRIAS, EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS E OUTRAS ACTIVIDADES – DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05/11
PEDIDO DE DELIBERAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – PROCESSO
N.º 671/15/DIV – ALEXANDRE MIGUEL MARQUES RODRIGUES**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de Abril de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com a alínea r), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º e com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2202 e 19 de Abril de 2017 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **foi reconhecido de Interesse Público Municipal, com base na informação técnica, para efeitos de enquadramento no Regime Extraordinário de Regularização de Indústrias, Explorações Pecuárias e outras Actividades, o processo administrativo n.º 671/15/div - Exploração Agrícola, do Senhor Alexandre Miguel Marques Rodrigues, exercida na Quinta da Serra, Freguesia de Covilhã e Canhoso, por unanimidade.** -----

2.7 – CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Março de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 2123 de 2017.04.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva “... iremos votar contra a carta educativa, por princípio e convicção, que não é por aqui que devemos caminhar, ou seja, repito, pela assunção de responsabilidades, competências e esforço financeiro, que a administração central deveria assumir” (**doc.12**); Dr. João Bernardo referiu que vão votar a favor; Dr. Pina Simão “... Finalmente deu-se importância e atenção às escolas, aos seus alunos, aos seus professores e aos seus funcionários...” (**doc.13**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Carta Educativa Municipal** foi a mesma **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, MAC, PSD e IND) e 4 votos contra (PCP).** -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para agradecer o trabalho desenvolvido por toda a Comunidade Educativa, representada na Comissão Municipal de Educação, Técnicos da Autarquia, Chefe de Divisão, Senhor Vereador Jorge Torrão e a todos quantos se empenharam na construção desta Carta. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Pina Simão pediu para que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PS. -----

2.8 – CPCJ COVILHÃ – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

--- O Presente assunto foi remetido à Assembleia Municipal, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Covilhã, para conhecimento. -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes fez uma apresentação do trabalho realizado **(doc14)**. -----

--- Usaram da palavra os Senhores: Dr. Pina Simão felicitou a Comissão pelo trabalho realizado e propôs um voto de Louvor à CPCJ **(doc.15)**; Dr. João Bernardo felicitou a Comissão pelo trabalho realizado, associou-se ao voto de louvor e recomendou à Câmara que se empenhasse ainda mais, se possível, na colaboração à Comissão; Eng.^o Hélio Fazendeiro associou-se ao voto de louvor e felicitou a Comissão pelo trabalho realizado “foi de grande mérito”; Prof. Reis Silva felicitou a Comissão pelo trabalho realizado, associou-se ao voto de louvor e apelou à Câmara Municipal para que a estrutura da equipa técnica tenha técnicos a trabalhar de forma permanente e os meios necessários para a realização desse trabalho; Senhor Presidente da Câmara associou-se ao que já foi dito e disse que vão procurar melhorar as condições de trabalho e agradeceu “Um bem-haja beirão” pelo trabalho realizado e o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, também se quis associar e felicitou a Comissão pelo trabalho realizado “o vosso trabalho é meritório e de excepção e merece de todos nós um carinho muito especial.” -----

--- Colocado O Voto de Louvor à votação **foi aprovado por unanimidade e aclamação**. -----

2.9 – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO CULTURAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Maio de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 2480 de 2017.05.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que justificou a apresentação da proposta com o fundamento de colmatar as deficiências detectadas e dotar o Concelho de uma obra que está atrasada 43 anos.

De seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Arquitecto Projectista Carlos Veríssimo a prestação de esclarecimentos e a apresentação da proposta. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Discussão e Autorização Prévia do Investimento relativo à construção do Centro de Inovação Cultural da Covilhã** foi a mesma **aprovada unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “Esta solução apenas peca por não envolver todas as forças de uma forma a... enfim, pelo menos nós não fomos ouvidos, não nos deram oportunidade, houve reuniões fechadas.

De qualquer maneira, é uma obra que é necessária, faz todo o sentido e deve avançar o mais depressa possível, daí o nosso voto a favor.” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Quero saudar a Câmara Municipal da Covilhã, na pessoa do Senhor Presidente, pela realização que nos aqui trouxe. É que a Covilhã em 2017, depois de cinco Quadros Comunitários de Apoio de Fundos Comunitários, depois de dezenas de milhões de euros de endividamento, depois de termos uma Rua que se chama Centro de Artes, uma Cidade Universitária com esta pujança de juventude, nós conseguimos chegar a 2017 sem ter um espaço digno e condigno para produzir e para ter cultura na nossa Cidade. E por isso, Senhor Presidente da Câmara, eu quero realçar ainda mais este feito porque, pese embora o pagamento da dívida quem tem sido feita, a estabilização financeira e operacional da Câmara, este Executivo tem encontrado espaço e capacidade para devolver à Covilhã alguma dignidade, naquilo que é a política cultural, nomeadamente ao nível das infra-estruturas. E, por isso, o Partido Socialista vota favoravelmente.”-

- Senhor Eng.º João Nuno Serra: “O PSD também votou favoravelmente esta autorização prévia. Sendo que é uma autorização prévia de investimento, que estamos ainda numa fase muito prévia, porque não temos aqui um plano de negócios do investimento em si. Sendo que é consensual e, obviamente, o PSD subscreve as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando diz que isto é uma obra que, no mínimo, está atrasada 40 anos. É um facto!

Todos nós, que visitamos esta casa, sentimos o risco que corremos. E, eu tenho uma filha que actua, por vezes, naquele palco e faço sempre uma reza antes de ela entrar em palco. Portanto, bem-vinda a obra!” -----

2.10 – ADESÃO À ENERAREA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Maio de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), in fine, do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 2483 de 2017.05.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão à Enerarea** foi a mesma **aprovada unanimidade**. -----

2.11 – DESPORTO CULTURA E MOVIMENTO ASSOCIATIVO

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que este tema foi consensualizado passar para a próxima Sessão. -----

- O Senhor Dr. Bernardo sugeriu que o ponto passasse para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos e que fosse endereçado um Convite às Associações do Concelho, para estarem presentes. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e catorze minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,